

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**29ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de novembro de 2014.**

**PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO**

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta sessão, convocada com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 20.737/2014, de autoria do Deputado Euclides Fernandes, que atualiza, na forma da Lei nº 12.057/2011, os limites entre os municípios de Gandu e Piraí do Norte.

Questão de ordem do Deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, queria sugerir a V.Ex<sup>a</sup>, já que este projeto tende a ir ao voto e à disputa democrática no Plenário, que concedesse a palavra a um deputado que defenda e a outro que seja contra a proposição, para que assim todos os parlamentares tenham conhecimento daquilo que será decidido no voto. Então lhe sugiro que seja eleito um parlamentar a favor e outro contrário, para que os deputados possam ter conhecimento daquilo que deverá ser apreciado no processo de votação.

É a sugestão que dou ao senhor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É desnecessária a questão de ordem, vez que ainda haverá quórum na Comissão de Assuntos Territoriais e depois vai começar a discussão. Então, os deputados poderão se inscrever.

Questão de ordem do Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- A questão de ordem do Deputado Paulo Azi não teria problema, porque vamos ter os tempos de cada Bloco Partidário, depois vai entrar na Ordem do Dia e após essa entrada vai para a discussão na Comissão de Assuntos Territoriais, que pode ter quórum ou não. Então vai abrir a discussão, e de antemão já estou dizendo que vou inscrever-me para falar os 20 minutos. Mas a minha questão de ordem é que V.Ex<sup>a</sup> proceda a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> será atendido.

Questão de ordem do Deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, gostaria que fosse respeitada a solicitação de verificação de quórum do Deputado Álvaro Gomes e que esta seja nominal, respeitando o tempo de 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Zerem o painel, marquem 15 minutos.

Srs. Deputados que estão em outros recintos, quórum de continuidade da sessão solicitado pelos Deputados Álvaro Gomes e Bira Corôa.

Zerem o painel e marquem 15 minutos.

O Sr. José de Arimatéia:- Sr. Presidente , questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do Deputado José de Arimatéia.

O Sr. José de Arimatéia:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para registrar que nesta terça-feira é comemorado o Dia do Conselheiro Tutelar. Hoje, dia 18 de novembro. E aqui eu quero parabenizar a todos os conselheiros tutelares da Bahia, que têm prestado um relevante serviço cuidando das crianças e feito um trabalho extraordinário, mesmo enfrentando todas as suas dificuldades, sobretudo nos municípios onde têm funcionado precariamente os Conselhos Tutelares. De qualquer forma, gostaria de parabenizá-los.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do Deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, vou-me abster desta votação e liberar a Bancada para um posicionamento, pois acho que o que aconteceu fugiu ao meu controle. Eu tinha, na verdade, assinado uma dispensa de formalidades, visto que em tese não haveria conflito, como fizemos aqui com muitas destas proposições. Acho que alcançamos 85% de êxito, ou mais, no que estava parado na Casa.

Foi desta forma que avançamos, mas fica este problema para ser resolvido. E pessoalmente quero dizer ao Deputado Álvaro e também ao Deputado Euclides que

faria o mesmo com qualquer um dos deputados. Solicitei inclusive que o meu nome fosse retirado. Mas na agonia em que estávamos, em função da LOB da PM, acabou havendo o problema que vocês já conhecem. Vou me retirar do Plenário, e a minha Bancada está liberada para opinar da forma que achar melhor.

Infelizmente não chegamos ao consenso. Poderíamos ter encontrado o caminho do diálogo, que sempre é o melhor caminho. Não encontramos, paciência. Quero abster-me e dizer que a Bancada está liberada.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum para a continuidade da sessão.

Pela ordem o Deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, já que o Líder do Governo liberou a Bancada, quero pedir que os nobres colegas... Não sou votado nem em Piraí do Norte nem em Gandu, mas é justo que o projeto seja aprovado para que possamos resolver esta situação. Também sou contra o projeto da nobre colega Kelly Magalhães e de Cacá Leão, que retira da cidade de Luís Eduardo aquilo que foi dado nesta Casa. Esta é a minha posição.

O Sr. Cacá Leão:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Pela ordem meu querido amigo Cacá Leão, futuro deputado federal.

O Sr. Cacá Leão:- Sr. Presidente, foi levantada pelo nobre Deputado Sidelvan Nóbrega, sentado ao meu lado, a questão da Lei nº 12.906/13. Daqui a pouco vou decorar a lei inteira de tanto que eu, a Deputada Kelly e o Deputado Herbert Barbosa a lemos. E faltou habilidade da SEI, Deputado Sidelvan.

O município de Barreiras não foi comunicado pela lei. Não consta no projeto a assinatura do município de Barreiras. O projeto foi votado como se houvesse um acordo entre os municípios de Barreiras, Luís Eduardo, São Desidério, Angical, Cristópolis e Cotegipe.

Fizemos uma reunião com todos os municípios presentes: Barreiras, Luís Eduardo e todos os outros que fazem parte do projeto de lei. E todos os municípios presentes concordaram em haver a revogação da lei para que o assunto fosse discutido da forma correta. Então, Luís Eduardo não está sendo prejudicado. Luís Eduardo também está favorável à revogação da Lei 12.906.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Cacá, se houver acordo entre todos os municípios, estaremos de acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há Pequeno nem Grande Expedientes.

## GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PSL/PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa) Não há orador.

Com a palavra o Líder do PDT/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- O Deputado Álvaro Gomes falará por todo tempo

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 11 minutos.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Deputado Paulo Azi... Deputado Paulo Azi...

Deputado Paulo Azi, a questão de ordem de V.Ex<sup>a</sup> na qual os deputados deveriam explicar qual é a situação... Peço a atenção do senhor e dos demais deputados.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Presidente, Deputado Marcelo Nilo... Sr. Presidente... Sr. Presidente, peço a V.Ex<sup>a</sup> que solicite silêncio ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna. Faço um apelo aos meus queridos parlamentares para que façam silêncio para que possamos ouvir o deputado Álvaro Gomes, a começar pelos da própria Mesa dos trabalhos.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Deputado, pediria, inclusive, que descontasse o meu tempo, porque ainda não comecei a falar.

Sr. Presidente, eu pediria, inclusive, que reconsiderasse o meu tempo de 12 minutos, não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Marcar o tempo do Deputado Álvaro Gomes a partir de agora, 11 minutos.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, demais deputados, eu pediria silêncio aos deputados, porque acho que é importante explicitarmos essa questão de Gandu e Piraí do Norte.

Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, eu pediria a V.Ex<sup>as</sup> que pudessem ouvir, para que possamos, realmente, votar essa questão conscientes.

Ora, o Deputado Gaban levantou uma questão aqui fundamental. É praxe desta Casa votar os projetos por acordo, com o acordo se faz a dispensa de formalidades e com isso se procede a votação.

O que aconteceu nesse caso específico de Gandu e Pirai do Norte? O Líder do Governo, Deputado Zé Neto, falou aqui, em alto e bom som, que só assinou a dispensa de formalidades porque disseram a ele que haveria consenso e que não havia divergências. Só por isso ele assinou a dispensa de formalidades. Acontece que o Deputado Zé Neto, ele próprio falou, não sou eu quem está falando, que nesse caso ele assinou a dispensa de formalidades enganado, porque em nenhum momento deixou de haver divergência, e uma forte divergência, com relação a essa problemática.

Na realidade, trata-se de uma redistribuição de territórios em que Pirai do Norte perdeu território para Nilo Peçanha. Ao perder território para Nilo Peçanha perdeu uma base de 300 a 500 pessoas, que pode interferir no Fundo de Participação dos Municípios, e lhe prometeram doar Gandu. Só que prometeram doar Gandu sem consultar o prefeito, sem consultar a Câmara de Vereadores, sem consultar a população. Aí, a população se colocou contrária. A população de Gandu é contra, radicalmente contra. A Câmara de Vereadores de Gandu é contra, radicalmente contra, e o prefeito de Gandu é radicalmente contra.

Ora, não se pode, portanto, votar esse projeto aqui já que essa dispensa de formalidades, na minha opinião, é uma dispensa de formalidades, eu não diria que é fraudada porque não houve fraude, mas é uma dispensa de formalidades que não existiria. Se a realidade fosse colocada, se o Líder do Governo soubesse que essa questão tinha divergência, porque o que se discutiu aqui, e isso não se aplica apenas à questão de Gandu, isso se aplica a qualquer município. Não se trata apenas aqui de uma defesa de Gandu ou de Pirai do Norte; trata-se de uma questão de princípios. Se não há acordo, inclusive essa tese de princípio, reforçada pelo deputado Mário Negromonte, pelo Deputado Gaban e por todos os deputados desta Casa, se não há consenso, não se vota a questão de divisão territorial.

O Líder do Governo pediu para retirar a sua assinatura; o Líder do Governo pediu para não votar esse projeto aqui, para retirar. O presidente da Casa argumenta que não pode mais retirar a assinatura porque já está em votação. Portanto, faço este apelo aqui para que não abramos este precedente nesta Casa para que não fiquemos forçando aqui decisões que terão consequências negativas para a sociedade, porque se esse projeto for aprovado, a prefeitura de Gandu vai entrar com uma ação pedindo a anulação da lei, porque é inconstitucional, é flagrantemente inconstitucional, fere o artigo 18, § 4º, da Constituição Federal, que está acima da lei estadual.

A Constituição está acima da lei estadual. E a própria lei de autoria do deputado João Bonfim prevê que se não houver acordo, que é o caso, remete-se para a legislação federal. Não existe legislação federal, exceto a Constituição Federal. E a lei de autoria do deputado João Bonfim é muito clara: não havendo consenso entre as

partes, remete-se para a Constituição Federal. Remetendo-se para a Constituição Federal, essa lei se torna totalmente ilegal, e a prefeitura de Gandu vai ingressar com uma ação para anular a lei. Não acho isso interessante para a Assembleia Legislativa, que já sofre um desgaste profundo junto à população, sofrer mais um desgaste.

Entendo que os nobres parlamentares, e apelo para que tenham bom senso no sentido de não aprovar esse projeto, porque ele é altamente nocivo para a população de Gandu, não há consenso para a sua votação e, acima de tudo, é altamente inconstitucional. Por isso, peço aqui o bom senso dos colegas bancários para que não votem esse projeto. Inclusive, pediria também que o Deputado Zé Neto, Líder do governo, faça um apelo à Bancada do Governo para não votar esse projeto, para não permitir que aconteça esse absurdo aqui na Assembleia Legislativa.

Por isso, quero deixar bem claro que a minha posição não é apenas sobre a questão de Gandu. Pode ser qualquer município, já falei aqui. Primeiro, fala-se que a questão é financeira, que com essa modificação vai beneficiar Piraí do Norte, que não vai perder receita. Mas mesmo esse argumento também pode atingir Gandu, porque não há... Há uma previsão, mas Gandu pode também ter queda na sua arrecadação. Essa é apenas uma previsão, mas não há o censo, e no censo Gandu pode também cair.

Eu não me pauto aqui pela questão financeira e acho que não deveríamos fazê-lo. Acho que nessa questão de divisão territorial precisa haver o consenso, e coloco aqui não é a questão de Gandu. Se fosse Piraí do Norte perdendo terreno, colocar-meia ao lado de Piraí do Norte. Se é Barreiras perdendo terreno, coloco-me ao lado de Barreiras. Qualquer um dos 417 municípios que esteja perdendo terreno e que não haja consenso, eu me coloco do lado do município que está perdendo terreno.

Portanto, a minha posição não é apenas conjuntural, de momento, para satisfazer um interesse particular de um município ou de outro. A minha posição é de princípios, qualquer que seja o município que esteja perdendo terreno e que não haja consenso entre as suas populações, eu me coloco do lado do município que está perdendo terreno.

Faço um apelo aqui para que os colegas... Vamos obstruir o que pudermos obstruir e no caso da verificação de quórum, pediria àqueles que concordam com a nossa posição não dar quórum. E, no caso de dar quórum, pediria aos colegas votar contra este projeto, porque este projeto contraria o município importante de Gandu.

Por isso, faço o apelo a todos os colegas. O apelo é no sentido de não contrariar um prefeito, a Câmara de Vereadores e sua população. E o apelo é, também, para não contrariar a Constituição Federal em seu art. 18, § 4º.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, Deputado.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Portanto, fazemos um apelo a todos.

Pediria ao Deputado Zé Neto para, também, ajudar nisso já que ele pediu para retirar a assinatura. Assim, pressupõe-se ser Zé Neto contra a aprovação deste projeto.

E, sendo contra a votação deste projeto, pediria ao Deputado Zé Neto, como Líder do Governo, conclamar a Bancada da Maioria e a Bancada do Governo para votar no mesmo sentido. Peço ao deputado Zé Neto, Líder do Governo, fazer um chamamento à Bancada do Governo para não votar favoravelmente a este projeto agora.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PMDB/PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. Não há orador.

Com a palavra o Líder do PSC/PV/PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. Não há orador.

Com a palavra o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos. Não há orador.

Com a palavra o Líder do DEM/PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. Não há orador.

Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos. Não há orador.

## **ORDEM DO DIA**

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei depois, Deputado.

Vamos pedir quórum de votação na Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação.

Antes porém, com a palavra, para uma questão de ordem, o meu querido amigo Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, antes mesmo de entrar na votação da comissão, pediria a V.Ex<sup>a</sup> uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O que V.Ex<sup>a</sup>, Deputado Álvaro Gomes, pediu?

O Sr. Álvaro Gomes:- Eu pedi uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quórum para a continuidade? V.Ex<sup>a</sup> será atendido.

(O Sr. Carlos Geilson manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como? Deputado Álvaro, não posso

quebrar o acerto.

O Sr. Carlos Geilson:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup> já dirigiu, aqui, a sessão tantas vezes e disse que um pedido de verificação de quórum para um outro pedido tem de ter, no mínimo, o tempo de 30 minutos!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup>, Deputado Carlos Geilson, tem toda razão.

Tem 30 minutos?

O Sr. Carlos Geilson:- Não tem 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se não tiver 30 minutos entre um pedido e outro, não dou. Veja bem, ficou acertado 30 minutos.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> pediu na extraordinária e só teve 12 minutos, deputado. Não tem não, deputado. Não posso quebrar o acerto entre as Lideranças.

Em votação no âmbito da Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação.

Vou fazer a chamada nominal.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos componentes da Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Luciano Simões...

Deputado Álvaro, preste atenção, é quórum de votação no âmbito das comissões. V.Ex<sup>a</sup> falará depois.

Deputado Luciano Simões? Ausente. Deputado Carlos Brasileiro? Presente, um. Deputado Jurandy Oliveira? Presente, dois. Deputado Luiz Augusto? Deputado Marquinho Viana? Presente, três. Deputado Ronaldo Carletto? Deputado Rosemberg Pinto? Presente, quatro.

Vamos para a suplência.

Deputado Euclides Fernandes? Presente, cinco. Deputado Joseildo Ramos? Deputado Reinaldo Braga? Presente, seis e Deputado Temóteo Brito.

Tem quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, que já teve quórum anteriormente, no âmbito da Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)



Aprovado.

Agora, vamos para votação em Plenário.

O Sr. Álvaro Gomes:- Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, com a palavra o Deputado Álvaro Gomes pelo tempo de, até, 20 minutos.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, demais deputados...

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, demais deputados...

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, demais deputados...

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, demais deputados, eu pediria a atenção de todos para que a gente possa debater esta temática...

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex<sup>a</sup> garantisse a minha palavra.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, silêncio, por favor!

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Pediria o retorno de meu tempo de 20 minutos, pois já tem 2 minutos e não em deixaram falar.

Pediria a V.Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, garantir a minha palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, faço um apelo pela última vez! Vamos ouvir o nobre deputado comunista do PCdoB, o nosso querido Álvaro Gomes.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, demais deputados, quero, neste momento, fazer, mais uma vez, um apelo com relação a essa temática da divisão territorial que acho de grande importância para todos nós.

Ao votar favoravelmente esta proposta sem consenso, a Assembleia Legislativa estará abrindo um precedente perigosíssimo. Faço um apelo aos deputados para atentar a esta problemática, a fim de analisar não apenas a questão momentânea e conjuntural, mas como uma questão de princípios.

Aqui foi estabelecido um acordo. O Deputado Mário Negromonte é testemunha disso. Ele, inclusive, foi um dos autores da proposição de que não se deveria votar aqui nada, principalmente, nesta questão de base territorial sem haver acordo.

Eu quero apelar ao presidente. Se alguém assina uma dispensa de formalidade

e pede para retirar a sua assinatura, eu entendo que deveria retirar mesmo em um processo de votação. Não poderia retirar se não houvesse um motivo maior. Mas o motivo alegado pelo Líder do Governo é um motivo grave. O Líder do Governo foi induzido a assinar uma dispensa de formalidade onde se falava ser consensual e, na realidade, não tinha nada de consensual.

Acho isso de uma gravidade muito grande. E, nesse caso inclusive, mesmo em um processo de votação, entendo que deveria ser retirada a assinatura. A Presidência deveria aceitar a solicitação do Líder do Governo de retirar a assinatura. Portanto entendo que é fundamental esta Casa analisar essas questões como uma questão de princípios, e não por interesse particular, pessoal. Entendo que a votação da retirada de território de uma cidade para outra sem consenso, na minha opinião, é uma estupidez. Os argumentos são frágeis. Hoje, tenta-se tirar o território de Gandu, amanhã pode se fazer isso com qualquer município, como foi o de Barreiras. E, aí, fica-se a analisar a questão da mudança de território pela questão financeira, que é uma forma, Deputado Carlos Brasileiro, de se estimular a corrupção. Neste País onde temos tantos problemas de corrupção, e aqui estimula-se mais a corrupção, porque essa questão da base territorial por dinheiro, para se aumentar a receita do município, é dessa forma que se tenta fraudar as estatísticas, a verdadeira população, é dessa forma que se tenta aumentar a população de forma artificial para aumentar o Fundo de Participação dos Municípios. Eu entendo que essa questão financeira não deve ser levada em consideração para a questão da divisão territorial. Entendo que outros fatores devam ser levados em consideração para essa questão de divisão territorial, e não a questão financeira.

E mais, ainda que esse argumento fosse válido, ninguém garante que Gandu não vá perder receita, porque os argumentos estão pautados em previsões, e previsões são simplesmente previsões. Portanto ninguém garante também que Gandu não vá perder. Ora, parece-me que o acordo que foi feito foi ceder uma parte para Nilo Peçanha e pegar um pedaço de Gandu. Só que fizeram esse acordo nos bastidores e esqueceram de avisar à população de Gandu, esqueceram de avisar ao prefeito, aos vereadores, aos deputados que representam Gandu e aos demais deputados. O que acontece é que Pirai do Norte perdeu uma parte para Nilo Peçanha, perdendo uma população, salvo engano, de 300 a 500 habitantes, e agora querem tirar um pouquinho de Gandu para recuperar essa população perdida. Isso não tem lógica.

Aqueles que garantiram que ia tirar um pedaço de Pirai para Nilo Peçanha e tirar um pedaço de Gandu para Pirai, aqueles que fizeram esse acordo esqueceram-se de avisar à população de Gandu, ao prefeito de Gandu, aos deputados que discutem essa questão com isenção, que discutem essa questão por princípios, e não por eventual favorecimento a uma prefeitura, um prefeito ou outro, por questão eventual de ter uma votação maior aqui, ou ali, por questão eventual de aumentar a sua base eleitoral.

Então eu entendo que a Assembleia Legislativa, ao fazer isso, eu espero que não faça, não vote, mas em votando essa proposta a Assembleia Legislativa, sem

dúvida nenhuma, estará abrindo mão de um dos maiores princípios, que é o princípio da seriedade, da ética, a questão da divisão não pode ser tratada como questão conjuntural momentânea, mas com base em princípios.

Disse o seguinte: defendo que a divisão territorial deva acontecer por acordo. Não havendo acordo, sou contra não apenas a questão de Gandu, minha posição é contra qualquer município que venha perder território...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, Deputado.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Por que concluir? Eu tenho 10 minutos. Então, Srs. Deputados, faço um apelo aqui ao bom senso para que efetivamente não votemos esse projeto aqui hoje, para que, efetivamente, não abramos mão desses princípios, o que comprometeria a credibilidade da Assembleia Legislativa.

Uma coisa é certa: se esse projeto for aprovado aqui, ele não vai se sustentar, porque, de imediato, haverá uma ação e haverá um precedente de que todos os municípios que se sentirem prejudicados vão, sem dúvida nenhuma, ingressar com uma ação para que possam evitar isso, que, na minha opinião, é um absurdo. Poderá vir aquela história do pertencimento. O território é de Gandu, o território pertence a Gandu. Para se fazer qualquer desmembramento, emancipação, pela Constituição federal, é preciso fazer consulta às populações dos municípios envolvidos. Não é só a população daquele local, mas sim as populações.

Qual foi a consulta que foi feita ao município de Gandu? Qual foi a consulta que foi feita ao município de Piraí do Norte? Não foi feita nenhuma consulta ampla, pressupõe-se que aquele povoado prefira Piraí do Norte e com base nisso se busca retirar uma parte considerável do território.

Da mesma forma como também se tentou tirar 52% do território de Rodelas. Seria melhor anexar a cidade de Rodelas a outra cidade, ficaria mais fácil. Em vez de tirar 52%, se anexaria logo.

Acho que isso aqui não é brincadeira. Acho que a Assembleia Legislativa deve ser tratada como uma coisa séria, não se pode estar tratando a Assembleia Legislativa dessa forma, superficial, prejudicando populações, dessa forma antidemocrática e autoritária, porque não foi consultada a população de Gandu. Essa tentativa de retirar o território de Gandu para compensar o território que foi retirado de Piraí do Norte não é correta.

Eu entendo que, se houvesse consenso entre as partes, não haveria problema nenhum. Eu assino embaixo de qualquer consenso que haja entre as populações, entre as prefeituras.

Estou falando isso como princípio, porque em qualquer município que aconteça isso, vocês já sabem qual é a posição do Deputado Álvaro Gomes. Independentemente de qualquer município que aconteça uma divergência dessas, a posição do Deputado Álvaro Gomes já está clara. O Deputado Álvaro Gomes se coloca do lado do município que está perdendo território. Se forem tirar metade do

território de Salvador para Lauro de Freitas, eu me coloco do lado do território de Salvador, que estará perdendo.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Com o aparte V.Ex<sup>a</sup>. Inclusive, acho que V.Ex<sup>a</sup> deveria depois se inscrever aqui também para continuarmos o debate. Concedo o aparte a V.Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Querido Deputado Álvaro Gomes, por quem tenho um respeito muito grande, uma admiração; um grande deputado nesta Casa. Ouvi atentamente a explanação de V.Ex<sup>a</sup> na defesa do município de Gandu.

Gostaria só em termos de esclarecimento, nobre deputado, para mim mesmo e para alguns deputados que estão aqui. Nesse projeto, se houver essa mudança e consequentemente Gandu perdendo essa parte do território do município, o que isso afetaria Gandu? Se Gandu teria, vamos dizer assim, algum rebate na receita, no repasse do FPM – que hoje é uma coisa muito importante para os municípios? Muitos estão sofrendo com a queda do FPM.

E mais, o que isso iria também representar de impacto para o outro município envolvido? Na verdade, são só esses questionamentos para que possamos tirar algumas dúvidas. Mas, em todo caso quero parabenizá-lo pelo discurso. Sou um admirador de V.Ex<sup>a</sup>, tenho certeza de que V.Ex<sup>a</sup> é um defensor contumaz dos municípios que V.Ex<sup>a</sup> representa e é votado, e sempre muito bem votado.

Vou sempre guardar esse carinho e esse respeito por V.Ex<sup>a</sup>. Mas esse esclarecimento é para que possamos construir melhor esse voto, para que no futuro, nós, deputados estaduais, possamos dormir sem a sensação de que fizemos injustiça com um município ou com outro. Só isso. Agradeço o aparte.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Respondendo a V.Ex<sup>a</sup>, Deputado Mário Negromonte, essa questão da receita, a possibilidade de Gandu perder a receita existe. Então, não existe nada certo, concreto. Há uma previsão de que Gandu não perca. Mas, simplesmente, uma previsão. Não há uma certeza, nem uma convicção.

Mas, o problema não é apenas a questão se perde ou não receita. Acho que devemos levar em consideração o pensamento da população. Qual é o pensamento do prefeito, qual é o pensamento dos vereadores que conhecem a realidade mais do que nós. Conhecem a realidade objetivamente, lá, vivenciando o dia a dia.

Portanto, queria informar a V.Ex<sup>a</sup> que a possibilidade de perder existe. E a perda para Gandu, em acontecendo, é bem maior do que a perda de Piraí. Mas não estou movido por essa questão da perda financeira. Estou movido pela questão do princípio de que não se deve retirar território de nenhum município sem que haja o acordo com a população dos municípios envolvidos, como reza a Constituição Federal, Artigo 18, Parágrafo 4º.

Baseio-me nisso, é isso que defendo. Se em qualquer município, um deputado

de Oposição tiver perdendo terreno para, teoricamente, entre aspas, um deputado de Governo, voto com deputado de Oposição. Não é que eu esteja votando com a oposição. É que estou votando com meus princípios. O meu princípio é o seguinte: o município que estiver perdendo território; estou do lado deste município que está perdendo território. Pode ser município vinculado ao Deputado Elmar, pode ser município vinculado ao Deputado Paulo Azi, pode ser município vinculado a quem quer que seja. É uma questão de princípio.

Portanto, queria fazer um apelo aqui. Em primeiro lugar, para que os deputados não dêem quórum. E em dando quórum, que votem contra. Faço um apelo para que os deputados não dêem quórum.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Deputado Rosemberg Pinto.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:-** Sr. Presidente, não vou usar o tempo regimental. Só quero fazer um esclarecimento aqui. Srs. Deputados, Deputado Álvaro, tenho um apreço muito grande por V.Ex<sup>a</sup> e fiquei ouvindo atentamente o seu discurso. Inscrevi-me apenas para dizer a V.Ex<sup>a</sup> que a Comissão de Divisão Territorial não está movida por interesses dos Srs. Deputados em aumentar as suas votações. Os Srs. Deputados, naquela Comissão, são os que estão trabalhando na busca de resolver os problemas dos conflitos administrativos dos municípios. Ninguém pode ser acusado naquela Comissão, Deputado Álvaro Gomes, de fazer aquilo para ampliar a sua base eleitoral.

O Prefeito de Gandu foi extremamente indelicado na última reunião aqui, quando esteve aqui na Casa a convite da Comissão, na tentativa de um acordo. Quem fez a defesa de Gandu fui eu contra o Deputado Euclides. Quem fez a defesa fui eu e não V.Ex<sup>a</sup>. Não vou aceitar que nenhum deputado da Comissão de Divisão Territorial seja questionado que está fazendo as coisas aqui por interesse de ampliar sua base eleitoral. Quem tem base eleitoral é o Deputado Euclides, não somos os outros membros da Comissão de Divisão Territorial.

Apenas queremos dizer que a Sei fez um trabalho em todos os locais e a Comissão de Divisão Territorial entendeu que Piraí do Norte estava com a razão, porque administrativamente quem estava fazendo a gestão não era Gandu. Propus, na última reunião de Comissão, ir junto com o prefeito de uma cidade e da outra para que verificássemos in loco quem de fato estava administrando. O Prefeito de Gandu não concordou, e tenho o testemunho de todos os deputados da Comissão, inclusive V.Ex<sup>a</sup> que estava presente.

V.Ex<sup>a</sup> tem todo o direito de fazer a defesa e não aceitar o projeto do Deputado Euclides. Mas não podemos aceitar que V.Ex<sup>a</sup> diga que os deputados da Comissão estão fazendo defesa com interesse em ampliar as suas bases territoriais.

Quero aqui dizer também que a questão não passou pela questão financeira,

mas pela administrativa. E eu conheço o distrito que V.Ex<sup>a</sup> não conhece, eu fui lá. Discuti com a comunidade, porque é o meu papel como parlamentar e como representante da Comissão de Divisão Territorial. Verifiquei in loco, por isso chamei as representações para irem lá.

Então, meu companheiro, quero dizer que fiquei extremamente triste porque tenho um respeito muito grande por V.Ex<sup>a</sup>, mas esse argumento que V.Ex<sup>a</sup> está utilizando não serve para os Srs. Deputados aqui presentes. Quero dizer que ninguém aqui fez acordo com Nilo Peçanha, Piraí do Norte nem Gandu. Esse projeto veio do governo que é seu e meu. Veio para cá pelo trabalho da Sei que estudou e apresentou lá. Se houve erros, cabe a nós fazermos as correções necessárias. O que não podemos é aceitar esse tipo de pecha em cima dos Srs. Deputados da Comissão de Divisão Territorial.

Lamento que tenhamos que ouvir de alguns Srs. Deputados que se determinados projetos passarem, vão entrar com ação de inconstitucionalidade. Então era melhor não termos aprovado o projeto que defendemos aqui. Porque esse projeto foi aprovado por esta Casa, entendendo que tínhamos obrigação de resolver os problemas administrativos criados por alguns municípios que não estão fazendo a gestão que deveriam fazer.

Quero dizer claramente, nobre deputado, que V.Ex<sup>a</sup> tem razão quando faz a defesa de Gandu, que já fiz, na ausência de V.Ex<sup>a</sup> aqui. Quero registrar a ingratidão do prefeito de Gandu, o desrespeito que ele teve na Comissão de Divisão Territorial. Nem por isso deixarei de respeitar a defesa dos interesses daquele município, pelo qual recebi o Título de Cidadão e tenho a obrigação de defendê-lo.

Agora não posso fazer a defesa cega, como fiz, e trazer um prejuízo irreparável para outro município. Por isso quero dizer a cada deputado e deputada desta Casa que queremos que esta coisa aconteça. Tirei o quórum, quem tirou fui eu. Eu que saí da sala para não dar quórum quando se colocou para votar na Comissão de Divisão Territorial, dando oportunidade que fizéssemos o acordo. E dizer que esse acordo não estava próximo de sair, também não é verdade. Num primeiro momento, os dois prefeitos chegaram a conversar. É porque, em vez de irmos para o debate político, fomos para o debate do estômago. E quero dizer aqui que o prefeito de Piraí do Norte, no dia de São João, na minha opinião, realmente não deveria ter feito aquilo, mas ele pediu desculpas de público ao prefeito, na Comissão. Mas ele continua prefeito respondendo pelo estômago em vez de pensar no cidadão, porque se tem pobre em Gandu, tem pobre em Piraí do Norte, tem pobre em Itororó. E nós temos que pensar o cidadão, temos que estar limitado, porque não perde Gandu, mas traz um prejuízo imenso para a população. E não foi por acordo, não é a vontade do Deputado Rosenberg nem do Deputado Álvaro Gomes. Foi o trabalho que a Sei fez. É uma equipe de respeito e que não está movida por interesses particularizados, como V.Ex<sup>a</sup> tentou colocar naquela reunião e aqui hoje.

Por isso, presidente, fiz questão de fazer esse desabafo, porque temos feito um

trabalho imenso naquela comissão com o objetivo de resolver as querelas, mas não podemos receber a pecha de que a votação que fazemos lá é para atender interesses pessoais de deputados.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O Sr. Álvaro Gomes:- V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:-** Primeiro, vou conceder o aparte ao Deputado Mário Negromonte e, depois, ao Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Meu querido Deputado e amigo Rosemberg, gostaria de fazer a mesma pergunta que fiz ao Deputado Álvaro Gomes sobre essa questão da receita, que acho uma coisa muito importante. Estamos vendo alguns projetos que estão sendo objeto de nova análise aqui nesta Casa que tiveram, dentro de um projeto que foi aprovado aqui, uma queda de receita, e isso tem afetado muito. Queria perguntar a V. Ex<sup>a</sup>, que participou dessa reunião através da Comissão Territorial, há algum impacto em termos de queda de receita para Gandu? Há algum impacto de queda de receita ou de ganho de receita para um dos dois, Piraí ou Gandu? Ou não há? Isso é muito importante para mim, acho que há muito deputado querendo saber sobre essa questão que envolve um problema que é muito sério, hoje, dos municípios brasileiros.

Faço só esse questionamento para esclarecer e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:-** Deputado Mário Negromonte, a SEI não se moveu por essa questão se um ganhava e o outro perdia, mas nós tivemos o cuidado, também, de verificar isso. Pelo IBGE, a estimativa da população de Gandu será de 33 mil pessoas e a estimativa feita para Piraí do Norte é que perderia caso essa área não ficasse acoplada ao município. Então, há uma perda para Piraí do Norte, uma redução para Piraí do Norte e não há um impacto financeiro para Gandu. Mas não foi essa a discussão que estava lá. Só para responder e melhorar, obviamente, a avaliação para seu voto. O que moveu foi o trabalho que a Sei fez em relação a quem administrava quem. Só para exemplificar, o meu município tem uma área territorial x, mas, em determinado local, quem administra é o município do lado. Então, a Sei foi lá, fez uma análise disso, e é assim que estamos fazendo em todos os outros municípios. E, quando há erro, a Comissão vai lá e tenta refazer, como aconteceu com a Deputada Kelly em relação a Barreiras. Voltamos à Sei com uma posição unitária da Comissão de Divisão Territorial para que ela fizesse um outro trabalho para repor ao território de Barreiras uma parte que ficou definida para o território de Luís Eduardo Magalhães.

Da mesma maneira que o Deputado Álvaro Gomes discutiu a questão de Rodelas, e fizemos um trabalho imenso para repor também da mesma maneira e resolver o questionamento de Rodelas, entendendo que não é o papel da nossa comissão trazer nenhum tipo de prejuízo para os municípios.

Com relação a essa questão de Gandu estou envolvido porque eu estive aqui e fiz uma emenda ao projeto do governo, quem fez fui eu aqui, não foi o Deputado Álvaro Gomes, para não prejudicar naquele momento, na defesa, que eu disse, cega, para o município de Gandu, recebi título de cidadão e fui votado lá. Mas não posso, por uma questão de não dormir tranquilo, de não vir fazer a defesa aqui que nós precisamos reparar um erro que cometemos e com isso estaríamos colocando o município de Piraí do Norte, e não tenho relação política com o município. Mas colocando uma situação de perda de receita e isso traz um prejuízo político não para o prefeito 'a' ou para o prefeito 'b', mas para a população porque um município daquele perder 60, 80 mil reais por mês é um prejuízo muito grande. Para cidades grandes isso pode não significar muita coisa, mas para um município pequeno como aquele significa muito.

Com a aparte o Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Primeiro, quero esclarecer que não acusei aqui nenhum deputado, apenas manifestei o meu princípio e os meus princípios. O que falei foi que a divisão territorial não deveria ser movida por questões financeiras. O principal argumento que se utiliza é que Piraí do Norte vai perder receita. Esse é o principal argumento. Não falei que era o argumento de V.Ex<sup>a</sup>. Falei que não acusei nenhum deputado, aqui reafirmei princípios meus quando disse que não concordava que a divisão territorial fosse movida por questões financeiras, tendo em vista que o principal argumento utilizado era que Piraí perderia receita.

E esclarecendo ao Deputado Mário Negromonte Júnior, mais uma vez, há uma estimativa ainda dentro desse argumento financeiro, não há nenhuma garantia de que Gandu não venha a perder receita porque estimativa é estimativa, e portanto é previsão e previsão não é concretização. Portanto, não há nenhuma garantia absoluta de que Gandu não perderia receita.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO**:- Com o aparte o Deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Deputado Rosemberg Pinto, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Quero chamar a atenção, no momento em que defendemos o interesse específico naquele momento e tentamos passar por cima de um conjunto de regras, incluindo um projeto de lei que foi votado nesta Casa que dá autonomia a esta Casa a avaliar as questões de limites e fronteiras do Estado da Bahia e todos os nossos municípios, e remetemos isso para uma ação judicial, automaticamente estamos rasgando o poder e abrindo mão inclusive da nossa identidade e do compromisso desta Casa e de um projeto de lei que foi votado nesta Casa.

Na sessão passada, optei para não ser votado naquele momento exatamente para buscar o entendimento, assim como V.Ex<sup>a</sup> colocou e muitos outros deputados aqui, mas compreendo que a questão vai além. A primeira delas é respeitar a comunidade e a comunidade já se manifestou que quer continuar com o domínio de Piraí e não de Gandu. Então, isso tem que ser respeitado também. E, claro, que não é prioritária a questão financeira, mas é de grande responsabilidade desta Casa e de



todos os pares a atribuição financeira, porque não podemos sacrificar mais ainda os nossos municípios. Somos testemunhas da condição precária que vive a maioria dos municípios do nosso Estado pela má distribuição de renda, inclusive defendemos a reforma tributária para garantir a autonomia financeira dos pequenos municípios, e não será esta Casa que votará para acarretar mais um prejuízo e consequentemente mais uma dificuldade de gestão em um município.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:-** Com o aparte o Deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Rosemberg Pinto, quero parabenizar V.Ex<sup>a</sup> por provocar esse debate. O Deputado Mário Negromonte Júnior colocou aqui a preocupação dele com relação à perda de receita por parte da cidade de Pirai do Norte, e o Deputado Álvaro Gomes coloca que esse não pode ser o principal motivo. Nós conhecemos a cidade de Pirai do Norte e sabemos que os prefeitos hoje passam por dificuldades financeiras muito grandes. Sabemos que uma cidade como Pirai do Norte não pode ter esse prejuízo no momento.

Portanto, acho que devemos ter o bom senso e fazer com que Pirai não seja prejudicada nesta votação.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- V.Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:-** Com aparte o Deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Gostaria de saber onde está o resultado dessa consulta plebiscitária que foi feita na comunidade, que eu conheço mais que o senhor, comunidade de Itararanga. Quem foi que fez oficialmente essa consulta e qual é o resultado dela?

Não é questão de beneficiar ou não. É questão de direito, senão, teríamos que dar parte do nosso Estado a Sergipe, porque é muito pequenino, precisa de terras, teríamos que dar parte da Bahia a Sergipe. O município, por ser pequeno, menor, não tem que buscar área em outro município sem que seja titular dessa área.

O que estamos defendendo aqui é a legalidade, se a área é ou não de Gandu ou de Pirai do Norte. Estamos nos posicionando pela legalidade, pela expressão da verdade. Não conhecemos essa consulta plebiscitária, nem ela foi autorizada para que tenha peso, valor jurídico.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:-** Deputado Aderbal Fulco Caldas, o trabalho que a SEI fez, foi um trabalho de campo, ouvindo a comunidade. Ela ouviu a comunidade para saber se a comunidade daquela localidade é administrada pelo município A ou B.

O trabalho foi feito assim. Foi feito o trabalho de campo, a SEI trouxe aqui, foi apresentado aos prefeitos e representantes dos prefeitos, chamamos os prefeitos novamente aqui. No dia em que os prefeitos estavam aqui, foi apresentado um abaixo-assinado da comunidade de Itararanga pelo prefeito e pelos moradores de lá. E

não houve contestação por parte de Gandu com relação ao abaixo-assinado.

Nós trabalhamos com o que nos é apresentado. Ou seja, a Justiça pode pedir constitucionalidade, porque é um direito, mas todo o trabalho foi feito da mesma maneira como foi feito em todos os locais.

Não estamos querendo diminuir área de nenhum município aqui. Não estou acusando nem esta gestão nem nenhuma. A gestão não está acontecendo no município originário, está acontecendo por outro, onde é comprovado que há escola, as contas de luz são pagas. Tudo foi apresentado na reunião da comissão, tudo foi apresentado lá como a administração estivesse sendo feita por Piraí do Norte.

A Comissão entendeu dessa maneira, validando o trabalho que foi feito pelo governo do Estado da Bahia. Foi nesse sentido, e não nos cabe fazer juízo de valor com relação a essa questão, meus queridos deputados.

Deputado Álvaro Gomes, V.Ex<sup>a</sup> fez o aparte. Inscrevi-me apenas porque V.Ex<sup>a</sup>, no seu discurso, disse aqui, olhe as notas taquigráficas, que os deputados estavam movidos para ampliar a base eleitoral. V.Ex<sup>a</sup> disse isso e eu não poderia deixar de responder-lhe em nome dos diversos deputados que compõem aquela comissão. Nenhum deles, até agora, foi movido para aumentar a sua base territorial, senão, para resolver as querelas administrativas de cada distrito que não se sente representado pelo município de sua área territorial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a Deputada Kelly Magalhães pelo tempo de 20 minutos.

**A Sr<sup>a</sup> KELLY MAGALHÃES:-** Nada, rapaz, V.Ex<sup>as</sup> estão agoniados. Oxente, às vezes, ficamos até as 3 horas da manhã aqui, e hoje não podemos ficar discutindo esse projeto de grande relevância para a sociedade?!

Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, com certeza, não farei uso dos 20 minutos. Sei do cansaço, sei que amanhã teremos uma longa noite pela frente, porque temas importantes serão debatidos. Simplesmente, quero ser objetiva e dizer que, com certeza, o que o Deputado Álvaro Gomes quer é, talvez, voltar para a Comissão de Divisão Territorial essa discussão, que é importante que aconteça de forma mais democrática.

Só quero citar como exemplo o absurdo que aconteceu com Barreiras. Posso dizer que é uma imoralidade o que foi feito com aquela cidade. Até hoje não temos respostas. Como é que se bota na Assembleia uma deputada da região Oeste da Bahia, da cidade de Barreiras, para votar a favor de um projeto que retira 30 mil hectares de um município para outro, sem que haja uma discussão envolvendo os deputados que compõem a base, os municípios, as lideranças e o povo das cidades

envolvidas.

É esse tipo de absurdo, de distorção, que temos de corrigir para evitar que isso aconteça. Eu não tenho problema, como não tive, de afirmar que foi um equívoco e que votamos sem perceber. Agora, como é que um deputado vota um projeto sem perceber nem saber o que votou? É um absurdo! Infelizmente, isso acontece muitas vezes nesta Casa. Sabemos muito bem disso. Portanto, é dar a mão à palmatória para corrigir isso, para que não aconteça mais.

Sou a favor dessa discussão que o Deputado Álvaro Gomes faz. Na verdade, o que aconteceu com Barreiras foi um grandessíssimo equívoco da SEI e da Comissão de Divisão Territorial, que, desde a saída do deputado João Bonfim, era para ter eleito um presidente a fim de acompanhar a comissão que debate assuntos importantes para toda a Bahia. Às vezes, fazemos de conta que não queremos enxergar um problema real e deixamos passar batido.

Sinceramente, subi a esta tribuna para falar sobre isso, ou seja, que corrijamos essa distorção. Desde quando fiquei sabendo, já tínhamos apresentado emenda pedindo para revogar os parágrafos que discorrem sobre a retirada desse tamanho de terra de Barreiras, causando um prejuízo – só na economia – de quase R\$ 4 milhões em um município.

Precismos ter responsabilidade com o que se faz aqui dentro. Não dá para passar batido da forma como passou. Hoje, num acordo, estamos votando... Já havíamos apresentado o projeto pedindo a revogação dos parágrafos que discorriam sobre Barreiras, aumentando o território para Luís Eduardo Magalhães. O deputado Cacá fará a relatoria para revogar toda a lei, para fazer o que queremos que se faça: que se ouçam o povo e as comunidades envolvidas de todos os municípios. Paremos de votar leis que, com certeza, não envolvam a sociedade e aqueles que são interessados.

O Sr. Álvaro Gomes:- V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A Sr<sup>a</sup> KELLY MAGALHÃES:-** Com um aparte o Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Deputada Kelly, V.Ex<sup>a</sup> dá um exemplo concreto. Esta Casa Legislativa aprovou um projeto – passou batido, como se diz no popular –, causando sérios prejuízos para a população de Barreiras. Tanto foi verdade que estão sendo reparados esses prejuízos.

O aspecto para o qual eu quero chamar a atenção dos deputados – o que falei, reafirmo – é que não foi o meu objetivo, não quis nem quero atingir nenhum deputado em particular. Foram os meus princípios que reafirmei aqui. Digo ao Deputado Rosemberg Pinto que a todo momento defendi esses princípios aqui. Nesse caso, a defesa de Gandu e de Barreiras.

Digo mais: qualquer município vinculado a qualquer deputado da Oposição que esteja perdendo terreno e não haja consenso, eu votarei com o deputado da Oposição, seja ele qual for: Paulo Azi, João Carlos Bacelar, Carlos Geilson, qualquer

um! Isso é uma questão de princípio. Ao reafirmar os meus princípios, não atinjo nenhum deputado. O que digo é que não me movo por questões financeiras. Isso estimula a corrupção. Não estou falando que algum deputado se move; estou falando que eu não me movo. Não estou acusando nenhum deputado, não estou atingindo nenhum deputado. Estou reafirmando os princípios, estou dizendo que esta Assembleia Legislativa não pode aprovar um projeto que, se aprovado, amanhã mesmo a prefeitura já vai se movimentar para entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade...

(Todos os deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

**A Sr<sup>a</sup> KELLY MAGALHÃES:-** Deputado Álvaro Gomes, V.Ex<sup>a</sup> já fez uso da palavra...

O Sr. Álvaro Gomes:- (...) para derrubar, porque é totalmente inconstitucional e incoerente. É nesse sentido.

**A Sr<sup>a</sup> KELLY MAGALHÃES:-** Quero encerrar, Sr. Presidente, respeitando o limite que cada um tem de estar até agora nesse tempo chuvoso aqui na Casa, e agradecer a sensibilidade da Mesa Diretora, da liderança da Oposição e do Governo para votarmos esse projeto que será votado hoje ainda, que corrige essa distorção absurda para com o município de Barreiras.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu querido amigo Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Deputado Álvaro Gomes, em cima do que o senhor falou, gostaria de fazer um apelo a V.Ex<sup>a</sup>. O projeto que foi falado pelo Deputado Rosemberg Pinto, do município de Rodelas, que V.Ex<sup>a</sup> defende, é um projeto que hoje, dentro do que V.Ex<sup>a</sup> tem defendido contra o trabalho realizado pela Sei, o município que V.Ex<sup>a</sup> defende em Rodelas, a posição, inclusive, do prefeito defende que tire terras do município de Glória.

Gostaria que V.Ex<sup>a</sup> me ajudasse; assinaríamos a dispensa de formalidade e votaríamos o território de Glória e de Itaparica, para que possamos ser coerentes em cima do discurso de V.Ex<sup>a</sup>. O município de Glória, hoje, o município de Rodelas e os outros municípios que vivem no problema de IDH, pobreza, seca, estão precisando reaver, através desse projeto da Sei, para que possam crescer ainda mais.

Diante do que o senhor falou, gostaria de pedir ao líder da Oposição e do governo para fazermos a dispensa de formalidade e votarmos o projeto de Rodelas e de Glória.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Projeto de Lei nº 20.737/2014 de autoria do Deputado Euclides Fernandes, que autoriza, na forma da Lei 12.057/2011, os limites entre os municípios de Gandu e Piraí do Norte. Em votação.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu querido amigo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Não pode interromper a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está em votação, ele tem direito de pedir questão de ordem.

O Sr. Euclides Fernandes:- Não pode.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, ele tem direito de pedir questão de ordem, até para pedir verificação de quórum. V.Exª é experiente, qualquer deputado, quando em votação, pode pedir questão de ordem. Isso é corriqueiro.

O Sr. Euclides Fernandes:- Quando V.Exª disse “está em votação”, iniciou a votação. Regimentalmente V.Exª não pode aceitar uma questão de ordem. Se V.Exª olhar o Regimento Interno, verifique que estou dizendo o que realmente está escrito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Meu querido amigo Deputado Euclides, desde o descobrimento do Brasil, quando o presidente coloca em votação, o líder da Oposição pede verificação de quórum para pedir quórum de votação. Só pede depois que coloca, ele não pode pedir antes, deputado. Reconheça seu equívoco.

Questão de ordem, Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, demais deputados, peço a V.Exª uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Ao mesmo tempo, respondo ao Deputado Mário Negromonte Júnior. Naturalmente, essa questão... O que falei, aqui, reafirmo: em havendo consenso, não tenho nada contra. Se há consenso entre as partes, não há nada contra. É claro que precisamos confirmar. Não estou desconfiando de ninguém, mas precisamos confirmar. Disseram que havia consenso em Gandu, e o prefeito é radicalmente contra. A população é radicalmente contra!

(As Galerias Paulo Jackson se manifestam.)

O Sr. Joseildo Ramos:- Já falamos sobre isso, Deputado Álvaro Gomes. Todo mundo já sabe.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sim, eu sei! Estou falando para justificar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Álvaro Gomes, a questão de ordem, por favor.

O Sr. Álvaro Gomes:- Eu estou falando para responder ao Deputado Mário

Negromonte Júnior. É preciso, primeiro... Não estou desconfiando de nenhum deputado, mas precisaria confirmar com o prefeito de Rodelas se, efetivamente, ele é favorável. Em confirmando, tudo bem. Não há problema nenhum.

Peço a V.Ex<sup>a</sup> uma verificação de quórum de votação.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, Deputado Bira Corôa. Depois concedo a questão de ordem a V.Ex<sup>a</sup>, Deputado Carlos Brasileiro, tendo em vista que o deputado Bira Corôa pediu primeiro.

V.Ex<sup>a</sup> pediu verificação de quórum de votação, Deputado Álvaro Gomes?

O Sr. Álvaro Gomes:- Exatamente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> será atendido.

Deputado Bira Corôa, Questão de ordem.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, respeitando a solicitação de verificação de quórum de votação do Deputado Álvaro Gomes, quero incorporar esse pedido e solicitar que o painel seja zerado e que o tempo seja marcado, para que os deputados que estão no cafezinho, nos seus gabinetes atendendo ou nas lideranças possam comparecer e contribuir com essa importante votação.

Quero dizer, Sr. Presidente, que me sinto contemplado com o debate, com a discussão. Vamos à votação, porque os representantes do município estão aí e precisam sair daqui com uma resposta e com uma posição favorável.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> também será atendido, meu querido amigo, deputado Bira Corôa.

Solicito que o painel seja zerado e que os 25 minutos sejam marcados. Há uma solicitação de verificação de quórum de votação para o projeto do deputado... São dois turnos, viu? Convocarei outra sessão, um minuto após o encerramento dessa. São dois turnos. Este é o primeiro turno de votação do projeto.

(Verificação de quórum de votação.)

Já há quórum. Em votação o Projeto de Lei nº 20.737/2014, de autoria do Deputado Euclides Fernandes, que atualiza, na forma da Lei nº 12.057/2011, os limites entre os municípios de Gandu e Piraí do Norte. Lembro aos Srs. Deputados que são dois turnos de votação. Depois convocarei o segundo.

## **PROJETO DE LEI Nº 20.737/2014**

**Atualiza, na forma da Lei nº 12.057/2011,  
os limites entre os municípios de Gandu e Piraí  
do Norte.**

## **A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:**

**Art. 1º.** Os limites dos municípios de GANDU e PIRAÍ DO NORTE, estabelecidos, respectivamente, na forma das Leis nos 1.008, de 28 de julho de 1958, e 4.840, de 24 de fevereiro de 1989, ficam atualizados, passando a vigorar com a seguinte redação:

I. Limites do Município de Gandu com o município de Piraí do Norte – começa no rio Braço do Norte (coordenadas -13° 42' 53,38"; -39° 22' 47,28"), no ponto a oeste da fazenda Angelim, na região do Buraco Doce, sobe por este até a foz do riacho Boa Sorte (coordenadas -13° 48' 17,47"; -39° 26' 21,12"), sobe por este até sua nascente (coordenadas -13° 49' 19,95"; -39° 26' 00,38"), daí em reta, sentido sul, até o ponto na serra do Papuã (coordenadas -13° 50' 34,48"; -39° 25' 55,86"), fronteiro à nascente do riacho dos Tomés, segue pelo divisor de águas da serra do Papuã até o ponto fronteiro à nascente do riacho Monte Alegre (coordenadas -13° 53' 08,58"; -39° 26' 45,84"), daí em reta, sentido sudoeste, até a nascente do referido riacho (coordenadas -13° 53' 11,87"; -39° 26' 46,82"), daí em reta, sentido sul, até o encontro dos divisores de águas dos rios Oricó Grande, do Peixe e do Braço do Norte com o divisor da serra da Papuã (coordenadas -13° 53' 29,91"; -39° 26' 53,00").

II. Limites do município de PIRAÍ DO NORTE com o do Município de GANDU - começa no ponto de encontro dos divisores de águas dos rios Oricó Grande, do Peixe e do Braço do Norte com o divisor da Serra da Papuã (coordenadas -13° 53' 29,91"; -39° 26' 53,00"), daí em reta, sentido norte, até a nascente do riacho Monte Alegre (coordenadas -13° 53' 11,87"; -39° 26' 46,82"), daí em reta, sentido nordeste, até o ponto fronteiro à referida nascente na serra do Papuã (coordenadas -13° 53' 08,58"; -39° 26' 45,84"), segue por este divisor de águas até o ponto fronteiro à nascente do riacho dos Tomés (coordenadas -13° 50' 34,48"; -39° 25' 55,86"), daí em reta, sentido norte, até a nascente do riacho Boa Sorte (coordenadas -13° 49' 19,95"; -39° 26' 00,38"), desce por este até sua foz no rio Braço do Norte (coordenadas -13° 48' 17,47"; -39° 26' 21,12"), desce por este até o ponto de coordenadas -13° 42' 53,38"; -39° 22' 47,28", a oeste da fazenda Angelim, na região do Buraco Doce.

**Art. 2º.** Ficam aprovados os mapas anexos representativos dos municípios de Gandu e Piraí do Norte, segundo o memorial descritivo constante do art. 1º desta Lei.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2014**

**Deputado Euclides Fernandes**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado contra os votos dos meus queridos amigos, Deputados Álvaro Gomes, Fabrício Falcão e Kelly Magalhães. Aprovado em primeiro turno.

Antes de encerrar a sessão, convoco uma sessão extraordinária para votar em segundo turno o Projeto de Lei nº 20.737/2014, de autoria do deputado Euclides Fernandes, como também para votar o projeto da Deputada Kelly Magalhães, que revoga o artigo 1º da Lei nº 12.906, de 24 de setembro de 2013, o § 3º, item V, e o § 9º, item I, e dá outras providências.

Declaro encerrada a sessão.

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*